



As diretas e a crise *anc*

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, admite: não basta invocar mau desempenho administrativo para justificar-se a redução de um mandato presidencial fixado pela Constituição. Se assim fosse, dificilmente os governos cumpririam os prazos previstos. Covas, ao defender quatro anos de mandato, invoca outro argumento, igualmente discutível: a suposta ilegitimidade do mandato do presidente Sarney.

Curioso é que, ao tempo em que o Plano Cruzado fazia sucesso, nenhum peemedebista ou pefelista fez tal diagnóstico. Ao contrário, argumentava-se que a notória popularidade do Presidente equivalia a uma batismo nas urnas. Não é só: foi justamente essa popularidade, então indiscutível, o instrumento de

que se valeram os candidatos do PMDB — partido que faturou sozinho os fluidos positivos do cruzado — para vencer esmagadoramente as eleições.

E é justamente aí que o cruzado começou a fracassar. Os ajustes necessários foram protelados pelos peemedebistas, em nome do êxito eleitoral. Esse adiamento produziu distorções que geraram o quadro presente de crise, que os peemedebistas criticam como se com eles nada tivessem a ver. Têm, óbvio.

E não será, certamente, com a deflagração de uma campanha eleitoral que esses erros serão corrigidos. As eleições diretas já constam da atual Constituição e seguramente serão confirmadas na futura. O que está em jogo é o prazo. E este, como o próprio Presidente já propôs, será decidido pela Constituinte.